



# Prefeitura Municipal de Goianá

ESTADO DE MINAS GERAIS

Av. 21 de Dezembro, 850 - CNPJ 01.611.137/0001-45



## LEI ORDINÁRIA N.º 886/2021

Institui o Programa de Recuperação Fiscal (REFIS 2021) do Município de Goianá e dá outras providências.

O Prefeito do Município de Goianá, Estado de Minas Gerais, faz saber que a Câmara Municipal de Goianá aprovou, e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º Fica instituído o Programa de Recuperação Fiscal do Município de Goianá/MG – REFIS 2021, destinado a promover a regularização de créditos do Município relativos a Impostos, Taxas e emolumentos, ocorridos até a presente data, constituídos ou não, inscritos ou não em dívida ativa, ajuizados ou ajuizar, com exigibilidade suspensa ou não, e de outros débitos de natureza não tributária desde que vinculados à uma indicação fiscal ou número fiscal, exceto aqueles resultantes de multas ambientais.

Art. 2º O ingresso no REFIS 2021 dar-se-á por opção do sujeito passivo, pessoa física ou jurídica, que fará jus a regime especial de consolidação e parcelamento dos débitos fiscais do artigo anterior.

Art. 3º A opção pelo REFIS 2021 poderá ser formalizada até o dia 31 de dezembro 2021, mediante requerimento no setor administrativo da prefeitura.

Parágrafo único. O prazo para adesão ao REFIS 2021 poderá ser prorrogado por até 60 dias por ato do Chefe do Poder Executivo, caso o prazo estipulado no presente artigo não seja suficiente para atender a demanda dos contribuintes interessados.

Art. 4º Os créditos tributários de que trata o artigo 1º incluídos no REFIS 2021, devidamente confessados pelo sujeito passivo, poderão ser pagos em até 18 (dezoito) parcelas mensais e sucessivas de igual valor.

SECRETARIA DO GABINETE  
Valéria Cristina Nunes Campos



# Prefeitura Municipal de Goianá

ESTADO DE MINAS GERAIS

Av. 21 de Dezembro, 850 - CNPJ 01.611.137/0001-45



§ 1º - Os débitos existentes em nome do optante serão consolidados, tendo por base a formalização do pedido de ingresso no REFIS 2021.

§ 2º - O valor mínimo da parcela será de R\$100,00 (cem reais) para pessoa física e R\$ 220,00 (duzentos e vinte reais) para pessoa Jurídica;

Art. 5º O ingresso no REFIS 2021 possibilitará regime especial de consolidação e parcelamento dos débitos fiscais a que se refere o artigo 1º, na forma definida abaixo:

I - para pagamento à vista, em cota única, será concedido desconto de 100% (cem por cento) sobre o valor dos juros e da multa;

II - para o pagamento em até seis parcelas, será concedido desconto de 60% (sessenta por cento) sobre o valor dos juros e da multa;

III - para pagamento de seis até doze parcelas, o desconto será de 30% (trinta por cento) sobre o valor dos juros e da multa;

IV - para pagamento acima de 12 parcelas, o desconto será de 10% (dez por cento).

Parágrafo único. Os débitos com a Fazenda Municipal que, com juros e correção, ultrapassem R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais), ainda que parcelados, receberão 100% de descontos sobre o valor dos juros e da multa.

Percentual de Desconto		
Forma de Pagamento	Juros	Multa
À Vista	100%	100%
Em até 06 parcelas	60%	60%
Em 07 a 12 parcelas	30%	30%
Igual ou superior a 13 parcelas	10%	10%





# Prefeitura Municipal de Goianá

ESTADO DE MINAS GERAIS

Av. 21 de Dezembro, 850 - CNPJ 01.611.137/0001-45

Débitos acima de 50.000 reais, independente do número de parcelas.	100%	100%
--	------	------

Art. 6º As parcelas do REFIS 2021, deverão ser pagas até o dia previamente escolhido pelo contribuinte optante pelo ingresso no REFIS. Devidamente assinado pelo contribuinte o Termo de Opção do REFIS, o não recolhimento da primeira parcela implicará no indeferimento da adesão ao REFIS 2021, devendo ser aplicado o estabelecido no art. 148, do CTM – Lei 614/2013.

Art. 7º A adesão ao REFIS 2021 implica:

I - na confissão irrevogável e irretratável dos débitos fiscais;

II - na expressa renúncia a qualquer defesa ou recurso administrativo ou judicial, bem como desistência dos já interpostos, relativamente à matéria cujo respectivo débito queira parcelar;

III - na ciência acerca dos executivos fiscais e respectivos valores, nas hipóteses de ações de execução fiscal pendentes;

IV - aceitação plena e irretratável de todas as condições estabelecidas;

V - no compromisso de recolhimento dos respectivos tributos do exercício corrente;

VI - não atraso no pagamento de parcelas de REFIS de exercícios anteriores;

Art. 8º O pedido de parcelamento deverá ser formulado pelo próprio sujeito passivo ou representante legal no caso de pessoa física, ou pelo sócio ou representante legal no caso de pessoa jurídica.

Art. 9º Constitui causa para exclusão do contribuinte do REFIS 2021, com a consequente revogação do parcelamento:

  
Valéria Cristina Nunes Campos  
SECRETÁRIA DO GABINETE



# Prefeitura Municipal de Goianá

ESTADO DE MINAS GERAIS

Av. 21 de Dezembro, 850 - CNPJ 01.611.137/0001-45



I - o atraso no pagamento de três parcelas consecutivas ou seis parcelas alternadas, relativas aos tributos abrangidos pelo Programa de Recuperação

Fiscal;

II - o descumprimento dos termos da presente Lei ou de qualquer intimação ou notificação efetuada no interesse de seu cumprimento;

III - a decretação da falência do sujeito passivo, quando pessoa jurídica;

IV - a cisão, fusão, incorporação ou transformação da pessoa jurídica, exceto se a nova sociedade ou a incorporadora permanecerem estabelecidas no Município e assumirem a responsabilidade solidária ou não do REFIS;

V - a prática de qualquer ato ou procedimento tendente a omitir informações, a dirimir ou subtrair receita do contribuinte optante.

Parágrafo único. A exclusão das pessoas físicas e jurídicas do Refis Municipal implicará na exigibilidade imediata da totalidade do crédito confessado e ainda não pago e, se for o caso, automática execução do débito ou continuidade da dívida já ajuizada, restabelecendo-se, em relação ao montante não pago, os acréscimos legais na forma da legislação aplicável à época da ocorrência dos respectivos fatos geradores.

Art. 10. Os contribuintes com débitos tributários já parcelados e não quitados, ou seja, em atraso, poderão aderir ao REFIS 2021.

Art. 11. O Código Tributário Municipal passa a vigorar com a seguinte alteração:

## “DAS DISPOSIÇÕES TRANSITÓRIAS

Art. 12. Durante o período de vigência da pandemia da COVID-19, assim reconhecida pelo Decreto Legislativo nº 6 de 2020 e Lei Federal 13.979/19 ou norma local, fica prorrogado o benefício, que menciona o art. 8º, §3º deste Código Tributário.



# Prefeitura Municipal de Goianá

ESTADO DE MINAS GERAIS

Av. 21 de Dezembro, 850 - CNPJ 01.611.137/0001-45

Parágrafo único. O caput deste artigo não produz efeitos retroativos”

Art. 13. O Poder Executivo poderá regulamentar a presente Lei em havendo necessidade para a sua fiel execução.

Goianá, 11 de agosto de 2021.

**Estevam de Assis Barreiros**  
**Prefeito Municipal**



**Valéria Cristina Nunes Campos**  
SECRETÁRIA DO GABINETE